

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.

ATA Nº 009

PRESIDENTE – DEPUTADO NININHO.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Em nome da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida junto à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento Execução Orçamentária com o objetivo de apresentar o Relatório de cumprimento das Metas Fiscais do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social relativo ao 3º Quadrimestre de 2018, apresentado pelo Sr. Secretário Rogério Luiz Gallo, Secretário de Estado de Fazenda em cumprimento ao que o Inciso IV do Art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido a compor a Mesa aqui o nosso colega Deputado Valdir Moretto; compor a Mesa o nosso Secretário de Estado de Fazenda, Rogério Luiz Gallo; convido também o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Basílio Bezerra.

Quero também agradecer a presença da Luciana Rosa, Secretária-adjunta do Tesouro estadual. Convido também para compor a Mesa conosco o nosso Secretário-adjunto para compor a Mesa; o nosso Secretário-adjunto de Administração e Fazenda, Cléber Geraldino, para compor a Mesa conosco.

Agradecemos a presença dos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda; agradecemos também a presença da imprensa. Convidar também a nossa Secretária, a nossa amiga, para compor a Mesa conosco.../cms

0326au002.cms

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – ...a nossa amiga... Maria, é um prazer você vir compor a mesa conosco prazer a senhora compor a mesa conosco; o Fábio Pimenta, da Receita Pública, para compor a mesa; e a Secretária Adjunta de Contabilidade, Alézia Cristiane, para compor a mesa.

Composta a mesa, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO).

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Quero agradecer à presença de todos; aos nossos Secretários; os Secretários Adjuntos; os funcionários da SEFAZ; e a imprensa.

Digo, com certeza, Secretário, que essa exposição, essa explanação desse quadrimestre é aguardado com muito anseio por muitos Deputados, pela população, até para podermos entender melhor o porquê dessa dificuldade que o nosso Estado vive hoje. Sabemos a sua

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

luta, a luta do governador Mauro Mendes para poder regularizar o pagamento desses salários e, em relação, a esse caos da saúde, educação, segurança que está instalado no nosso Estado. Com certeza, esses números que serão apresentados hoje, irão demonstrar o porquê estamos vivendo este momento caótico em nosso Estado de Mato Grosso. Então, não quero me alongar muito, quero agradecer a sua presença.

Aproveito para passar a palavra ao colega Deputado Valmir Moretto, para fazer uso da fala, antes de passar para o Secretário, para que ele conduza a Audiência Pública.

O SR. VALDIR MORETTO – Bom dia a todos!

Eu acho que é um momento...

...s/tan...

0326au03.tan

O SR. VALMIR MORETTO -...Bom dia a todos.

Acho que é um momento esperado porque, final do ano passado, durante a eleição houve uma manifestação nas urnas por conta da população do Estado de Mato Grosso em que houve uma mudança de Governo de uma forma de eleição no primeiro turno, isso demonstra uma certa expectativa, uma esperança de dias melhores, Secretário, pra que o nosso Estado e a nossa população espera muito dessa atual gestão, desta Casa de Leis, nós como Parlamentares, para que possamos exercer o nosso serviço de fiscalização e também contribuir nos debates, nas discussões, com ideias e sugestões; principalmente, o que nos atinge muito, essa questão do salário e eu acho que todos que trabalham têm que ter a dignidade, o respeito e a pontualidade do seu recebimento pelos seus trabalhos. Então, ficamos aí...

Sem falar da situação que se encontra o Estado, na questão da saúde, que todos sabem, nós sabemos o que está passando o nosso Hospital de Pontes e Lacerda, não é deferente de outros estados, do resto do Estado, onde pessoas voluntárias estão assumindo, sem remuneração, para que possam manter as portas abertas, que não é nem obrigação da organização civil e sim seria uma obrigação do Governo e, às vezes, por falta de recursos e eficiência da grandeza do Estado.

Estamos esperando que o nosso atual Governo, junto com a sua equipe, encontre, realmente, os números necessário e eficiente, podemos buscar no âmbito de debate e discussão, para que o dinheiro que o Estado tem hoje, que arrecada hoje, que seja necessário para promover esse desenvolvimento econômico e desenvolver, principalmente, a questão do salário, da nossa saúde e da nossa educação.

Nós que moramos na faixa de fronteira, a questão da segurança lá, realmente, é uma situação desagradável.

Ontem recebi a ligação do Prefeito de Campos de Júlio, que tem duas viaturas e não tem nenhuma funcionando lá para dar a segurança, tudo por falta de recursos.

Vamos esperar as explicações do nosso Secretário, e dizer, Presidente Nininho, que estamos aqui para contribuir, ajudar, debater e discutir aquilo que for melhor para o Estado de Mato Grosso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Deputado Valmir Moretto.

Quero, só reforçar a sua fala, eu acho que realmente...

...s/cms...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0326au04.tmr

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ... Eu quero reforçar suas palavras, eu acho que realmente isso é um anseio de todos e com certeza esse número como já disse vão dar mais clareza para que possamos entender o porquê dessa situação em que vive o nosso estado. Eu não tenho dúvida que o nosso Governador Mauro Mendes com toda a sua equipe de Secretariado, especialmente o Secretário Rogério Gallo que vem fazendo uma gestão com pulso firme, tomando as medidas que têm que serem tomadas eu espero que a curto prazo nós possamos ver este estado dando passos largos que é tudo que nós desejamos.

Não havendo nenhum inscrito, quero passar a palavra ao nosso Secretário de Fazenda, Rogério Gallo, para que faça a explanação do nosso Quadrimestre.  
(O SR. VALMIR MORETTO ASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 09H39MIN.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Bom dia a todos, Sr. Presidente, Deputado Nininho, Presidente desta Audiência Pública; Deputado Valmir Moretto, também Membro desta Comissão e também componente da Mesa, aos meus colegas, Secretários-adjuntos que cumprimento no auxílio diário na condução da Pasta da Secretaria de Fazenda.

Cumprimento também todos os demais componentes da Secretaria, servidores da Assembleia Legislativa, imprensa aqui também representada.

A Audiência Pública da apresentação dos resultados do Quadrimestre é uma previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal do Art. 9º, § 4º um dos momentos mais importantes para transparência dos números e dos resultados da arrecadação, da despesa e dos principais indicadores que evidenciam a saúde fiscal ou não de um ente da federação, seja município, estado ou propriamente a União.

Então, a apresentação está estruturada com as receitas, as despesas e no final com os indicadores a que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal expressos no relatório de gestão fiscal.

A receita total de 2018, quero deixar todos tranquilos em relação aos dados que eu vou mencionar aqui, porque essa apresentação irá ficar disponível no *site* da Assembleia Legislativa. Enfim, será disponibilizado também à imprensa, ao final da apresentação.

Então, nós tivemos, em 2018, a vantagem da Audiência Pública do 3º Quadrimestre, o mérito da Audiência Pública do 3º Quadrimestre é que ela acaba apresentando um fechamento do exercício. É um retrato, portanto, fiel que vai constar do nosso balanço sobre o Exercício completo de 2018. Então, nós tivemos nas receitas orçamentárias brutas, Sr. Presidente, .../cms

0326au005.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...tivemos nas receitas orçamentárias brutas, Sr. Presidente, estava previsto uma arrecadação de 22 bi e 863, houve uma arrecadação de 21 e 900, nós tivemos uma frustração de 900 milhões de reais de arrecadação. Mais adiante irei mencionar exatamente quais serão os grupos que ocorreram essa frustração.

Foram deduzidos dessa receita arrecadada pelo Estado... Esse é um primeiro momento que é importante também de desmistificar números que são apresentados, às vezes, sem a devida crítica, o Estado todo arrecada em torno de 32 bilhões de reais. Esses 32 bilhões de reais é tudo que é arrecadado em cima do nosso PIB, arrecadado pela própria União, quer dizer, pelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Governo Federal, arrecado pelo Estado e pelos municípios. Que é o que de certo modo, com uma metodologia própria, o site impostômetro aponta diariamente e é atualizado a cada minuto.

Então, 32 bilhões é a arrecadação de todos os entes da Federação dentro do Estado de Mato Grosso. Mato Grosso arrecadou disso 21 bi e 900. Então, para desmistificar, o Estado de Mato Grosso não arrecadou aqueles 32 bilhões, arrecadou 21 bi. Essa diferença de 11 bilhões é aquilo que o Governo Federal arrecadou no nosso território e o que os municípios arrecadaram no nosso território. Esta é a primeira explicação que é importante também.

Nós repassamos para os municípios 3 bilhões e 200, para o FUNDEB 2 bilhões; fizemos de restituições 2 milhões de reais; tivemos uma receita orçamentária líquida de 16 bi 670; as receitas intraorçamentárias que basicamente são compostas pelas contribuições previdenciárias que circulam dentro do próprio orçamento do Estado, 1 bi 452; a receita total, de 18 bi 122, que é aquilo que o Estado efetivamente ficou.

Vejam que aquilo que estava projetado pelo Estado na LOA, de 20 bi e 300, arrecadamos 18 bi 122, uma diferença de 10%, como eu acabei de dizer, há pouco, ali fora com a imprensa.

Então, esse é o primeiro número, Sr. Presidente. Houve uma superestimativa na lei orçamentária de algum grupo de receita que acabou dando sustentação às despesas, iremos demonstrar aqui que isso acabou resultando num déficit orçamentária. O que foi repassado aos municípios e, é importante por transparência, eu sei que está sendo transmitido pela *TV Assembleia*, foram repassados aos municípios via ICMS, em 2018, 2 bilhões e 500, um incremento de 12%.

IPVA, 368 milhões, um incremento de quase 10%. Vejam que há um esforço, há um esforço, da administração tributária, do nosso corpo de fiscalização, em incrementar...  
...s/tan...

0326au06.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO -...do nosso corpo de fiscalização em incrementar as receitas próprias e isso fica demonstrado por esses dois grupos de receitas, que é o ICMS e o IPVA.

O FUPIS, já quase não está sendo arrecadado mais, foi extinto.

O FETHAB, foi arrecadado 228 milhões de reais, que esse aqui é o FETHAB Combustível, que é aquela parte que vai compartilhada com os Municípios; e as Transferências Federais que foram passadas aos Municípios, 33 milhões que passam pelas Contas do Estado.

Então, foram repassado aos Municípios Mato-grossenses, pelo Estado de Mato Grosso 3 bilhões e 200 milhões de reais, um incremento em relação ao mesmo período em 2017 de 20%.

Aqui nós entramos na Receita Orçamentária, tivemos; conforme eu mencionei aqui, na Receita Orçamentária Líquida retirando a intraorçamentárias, que são aquelas contribuições previdenciárias, um decréscimo de 6%, mas o que é significativo e eu quero deixar registrado, o esforço da administração dos recursos próprios, tivemos um incremento na Receita Tributária de 5,1%, quer dizer, é o Estado fazendo o seu papel de arrecadar e liminar a sonegação, fazendo que tenhamos condições de caminhar com as próprias pernas, porém, obviamente, somos dependentes das Transferências Correntes da União que...

Nas transferências correntes da União para o Estado, tivemos um decréscimo do que foi previsto na LOA para o realizado de 5,4% e é aqui que vou demonstrar; sobretudo nas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

demais receitas correntes em que houve uma estimativa em relação, sobretudo, a possibilidade de venda da folha onde não acabou ocorrendo e se transformou numa grande frustração de receita na ordem de quase 700 milhões de reais.

Tivemos também nas Operações de Créditos, um decréscimo, isso em função de não termos capacidade de pagamento, não conseguimos, portanto, hoje, ter a garantia; contrair uma operação de crédito com garantia da União e isso está refletindo, exatamente, nesse decréscimo, não conseguimos fazer novas operações de crédito. Vamos consumindo, apenas, as operações de crédito que já foram contratadas anteriormente, notadamente o MT Integrado, que é hoje o que dá sustentação as políticas de investimento em infraestrutura pelo Estado, pela SINFRÁ. Então, houve um decréscimo aqui também e também nas Transferências de capital.

Aqui, Deputado Valmir Moretto, nas Transferências de Capital, basicamente, há convênios.

Vejam que tivemos aqui em convênios uma queda de 90%...  
...s/tmr..

0326au07.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... basicamente convênios.

Veja que nós tivemos em convênios uma queda de 90%. Praticamente... Isso é importante deixar claro.

O Governo Federal, no último ano de 2018, virou as costas para os estados e os municípios brasileiros que se traduziu não só do não repasse do FEX que para o nosso estado é muito importante, mas também no repasse de convênios. Isso também alivia o caixa do estado em relação à possibilidade de execução de políticas públicas na área de saúde, na área de infraestrutura, de assistência social.

No ano passado conseguimos contratar - obviamente, que houve o problema do período eleitoral, que temos a vedação do período eleitoral, porém, temos uma janela de quatro meses que poderíamos fazer essas transferências, e não ocorreram. Isso prejudicou demais o nosso resultado. Então, basicamente, em transferências correntes da União para o estado é que houve o principal motivo de frustração de receita. Onde a União não entra com recursos, o estado infelizmente ou felizmente, infelizmente porque não tem todo o recurso disponível o estado é obrigado a cobrir, tanto em investimento com a necessidade de fazer novas estradas, de manter as estradas, mas também de manter sobretudo a política de saúde, a política de educação. Isso se traduz na dificuldade financeira que o estado tem. O estado é obrigado a cobrir o déficit que a União tem em repasses com recursos próprios e o estado não tem condição de fazer tudo isso sozinho. Vivemos numa Federação e dependemos das transferências de receitas da União para estados.

Esperamos que a nova equipe econômica e novo Governo Federal, formando a partir de 1º de janeiro, cumpram com aquilo que foi dito: “Menos Brasília, mais Brasil e descentralizar recurso.” Essa é uma bandeira, essa é uma agenda. Eu tenho certeza que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução vai estar muito atenta a esse movimento ao longo desse ano sobretudo em relação à regulamentação da Lei Kandir, que demorou já para ser regulamentada.

Para demonstrar que, de fato, a administração tributária, nós temos feito o nosso trabalho de incrementar mesmo ainda num cenário de recuperação econômica gradual, lenta, ainda, o nosso PIB no ano passado ficou abaixo da casa de 2% ainda, sim, nós crescemos, a nossa receita

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

acima do crescimento do nosso Produto Interno Bruto. Quer dizer, nós crescemos em 5,5% da nossa receita em relação ao previsto.

O IPVA a mesma coisa; o ITCD, tivemos uma queda. O ITDC foi motivado também em relação à uma alteração legislativa que aconteceu em 2015, a nossa equipe da Secretaria-adjunta da Receita pública está promovendo os estudos em torno dessa modificação que houve em 2015 para apresentar, se for o caso, à Assembleia Legislativa um novo projeto de lei para fortalecer o imposto sobre transmissão, sobre *causa mortis* e doações. Nós estamos vendo o ITCD.../cms

0326au008.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...*causa mortis* e doações. Estamos vendo o ITCD ano pós ano perder a sua relevância na perspectiva da arrecadação.

Aqui o Imposto de Renda também houve incremento nas taxas houve uma estabilidade e a receita tributária, o que importa na última linha, ficamos com um incremento de 5,1%. Quer dizer, o Estado faz a sua parte de cobrar os impostos e ser eficiente na cobrança dos tributos.

O grande problema que temos é uma despesa, conforme demonstrarei, uma despesa sobre tudo de pessoal que cresce acima do que a nossa receita cresce, também as transferências da União para o Estado que acabam não ocorrendo na mesma proporção que está prevista.

Então, esse é um diagnóstico, Deputado Valmir Moretto, que ao final vai ficar bastante evidente.

Aqui trazemos os mesmos números mais abertos, por tributo, para demonstrar que temos um incremento na receita do ICMS, do IPVA e o problema no ITCD que vamos atacar mediante um projeto de lei.

Nas transferências correntes, houve um incremento no FPE de 1,5%, vejam que há uma relativa estabilidade. Vejam que a nossa receita própria cresce 5% no ICMS e não cresce aqui na mesma proporção no FPE. Vejam que cresceu 1,5%, se tivesse crescido 5%, teríamos 100 milhões a mais. Correto? Essa seria a leitura. Tivemos 100 milhões a mais. E por que ocorre isso?

O FPE é composto por Imposto de Renda e pelo IPI. A União, ano após ano, tem corroído a base tributária do IPI e do Imposto de Renda, mediante o crescimento de contribuições sociais que não são compartilhadas com os estados, que ficam apenas com o governo federal, com a União e não fortalecendo o IPI e o Imposto de Renda.

Ao contrário, houve uma lei no ano passado que, inclusive, foi questionado pelos municípios brasileiros e pelos estados no Supremo Tribunal Federal, que permitiu a compensação de contribuições com o Imposto de Renda e com o IPI. Quer dizer, aquilo que o Estado não recebe ainda a União Federal permite que haja compensação de espécies tributárias distintas. Diminuindo o bolo, diminui o repasse que é feito aos estados.

Portanto, isso também está colocado no Supremo Tribunal Federal, é uma pauta federativa que interessa ao conjunto dos estados e também aos municípios. Por isso que não há esse mesmo crescimento.

O FUNDEB cresceu 4,8%. As transferências do SUS cresceram 21%, mostrarei mais adiante. Só houve esse acréscimo em função de uma emenda parlamentar...  
...s/tan...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0326au09.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALO -...Em função de uma Emenda Parlamentar Federal, da Bancada Federal, no ano passado, que transferiu para o Estado, em torno, de 120 milhões de reais, isso vai ficar demonstrado no slide seguinte.

A Lei Kandir, nós tivemos um decréscimo. Olho o quanto nós recebemos no ano passado, Deputado Valmir Moretto, isso é para indignar a população mato-grossense, o Estado que mais contribui com a balança comercial brasileira recebeu 27 milhões de reais, não é por mês, não. No ano inteiro, Mato Grosso recebeu em 2018 27 milhões de reais, cerca de 2 milhões por mês, enquanto a nossa renúncia Fiscal com a Lei Kandir beira a casa dos 5 bilhões anuais.

É uma injustiça que, inclusive, declarada pelo Supremo Tribunal em vias de se regulamentada pelo Congresso Nacional e nós esperamos que a articulação desta Casa nos apoie, assim como a Bancada Federal está fazendo para que isso aconteça.

O FEX; vejam a linha do FEX, em 2018 estava previsto 380 milhões, não ingressou nenhum centavo do FEX em 2018.

Então, nós tivemos aqui embaixo uma linha, vocês vão observar uma queda das transferências na casa de 300 milhões de reais e aí que eu menciono que a União, de fato, virou as costas para os estados e municípios brasileiros. Esse é o primeiro diagnóstico, portanto, de 2018, que não foi diferente de 2017.

As Transferências do SUS, conforme eu mencionei elas foram fortemente impactadas pelo custeio, aquele último bloco de 152 milhões, que não estavam previsto na LOA quando ela foi confeccionada em 2017 para o ano de 2018 e foram as Emendas Parlamentares de 152 milhões de reais da Bancada Federal, oq eu acabou, de certo modo, havendo um equilíbrio. Se você retirar, dos 321 você retirar 152 ficaria 170, nós teríamos ficado com 190 milhões a menos, mas o que é mais significativo?

Antes do início da nossa Audiência Pública, eu estava conversando com o Deputado Valmir Moretto, estava falando da Santa Casa de Ponte e Lacerda, que certamente o Estado deve repasses a ela e aqui, sobretudo, em relação aos nossos hospitais regionais.

Esse repasse aqui caiu, praticamente, 100 milhões de reais, isso aqui é repasse da média e alta complexidade para os nossos hospitais regionais.

A união passou 100 milhões a menos, ao repassar cem milhões a menos para os nossos hospitais regionais, o que tivemos que fazer? Socorrer com os recursos próprios a saúde pública e aí, obviamente, como o cobertor é curto, foi cobrir uma parte de todo mundo e deixou todo mundo, na verdade...

...s/tmr...

0326au10.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... foi cobrir uma parte de todo mundo e deixou todo mundo, na verdade, todas as unidades de saúde, tanto municipais quanto as estaduais em situação de flagelo, de muita precariedade.

Então, os números mostram aqui, são recursos que seriam aplicados exclusivamente nesse grupo de despesas, que é o grupo, talvez que a população mais sinta, que são aqueles prestados por hospitais na média e na alta complexidade.

Vamos avançar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Também continuando as receitas trazendo um detalhamento, as nossas receitas de contribuições. As contribuições sociais, o MT PREV, foram aqui cumpridas em relação ao seguro, 851 milhões foram arrecadados. É significativo o FETHAB, de 951 milhões estava previsto, foram um bilhão e 038, tivemos uma arrecadação.... No ano passado estava vigente, a dobra, o adicional do FETHAB, foi 1 bilhão e 038 mais os 470 milhões do adicional. Então, deram quase ali um bilhão e 500 de FETHAB.

E o FEFF que não tinha sido previsto e, no ano passado, por uma articulação conseguimos aprovar nesta Casa, que foi muito importante. Nós tivemos um decréscimo de 100 milhões de reais, mas nós conseguimos na transferência do teto de alta complexidade que de algum modo nós conseguimos compensar com 85 milhões de reais com o Fundo de Estabilização Fiscal.

É importante dizer que 20% desses recursos, quer dizer, 17 milhões de reais foram transferidos para a Santa Casa, para o Hospital do Câncer, para a Santa Casa de Rondonópolis, para as maiores unidades de saúde que prestam serviços ao SUS e que são filantrópicas.

E as demais contribuições econômicas 47. Vejam que nesse grupo de receitas que também são arrecadadas pelo estado nós tivemos um incremento de 10%.

As demais receitas correntes, como eu mencionei, houve uma estimativa exagerada, eu diria, na receita patrimonial sobretudo com a possibilidade de cessão da folha para o Banco do Brasil, o pagamento pela cessão da folha à instituição financeira, o Banco do Brasil, foi estimado algo em torno de 800 milhões de reais que acabou não se concretizando. O Banco do Brasil não avançou, não tinha lastro. A variação que a equipe técnica fez também que não chegaria sequer talvez a metade desse valor. Nós devemos neste ano fazer essa licitação, mas não nessa proporção de 800 milhões de reais, porque não é factível.

Então, nós tivemos ali, vocês podem observar, 87% de frustração de receita. Então, um pouco do nosso déficit, aliás, muito do nosso déficit orçamentário foi extremamente nessa superestimativa das receitas .../cms

0326au011.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...ele foi exatamente nessa superestimativa das receitas patrimoniais.

Aqui, Deputado Moretto, entrará uma arrecadação este ano, que eu espero que o governador Mauro Mendes tem trabalhado com o Presidente Serafim, muito fortemente, exatamente no INTERMAT, com a regularização fundiária de títulos, entra nessa alienação de ativos com a regularização fundiária um potencial de arrecadação muito forte de receita patrimonial. Esperamos que neste ano isso aconteça e nos auxilie para cobrir o nosso déficit fiscal.

Há uma boa perspectiva de aumentar e eu espero que nas próximas Audiências Públicas, dos próximos quadrimestres, já consigamos evidenciar uma evolução dessa arrecadação da receita patrimonial.

Então, nas demais receitas correntes, no final, nós tivemos uma queda de 28%, que foi muito refletida em função dessa superestimativa do primeiro grupo de receitas, lá da receita patrimonial.

Agora vamos entrar nas despesas. Aqui trago um comparativo em relação ao empenhado em 2017. A primeira coluna demonstra, em 2017, o que foi empenhado; na coluna seguinte, 2018, o que foi previsto na LOA e o efetivamente empenhado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Vejam que no grupo 1, são as despesas de orçamentárias correntes que tem os três principais grupos e subgrupos: pessoal e encargos, juros e encargos da dívida, e outras despesas correntes, que é despesa de custeio e manutenção da máquina pública, não só da porta para dentro, mas aquela que presta serviços ao cidadão. Nos hospitais com a manutenção das viaturas, o senhor citou no início um problema de viatura, é exatamente nessas outras despesas correntes que se encontram a sustentação desses serviços.

O senhor vai observar ali, Deputado Valmir Moretto, que tivemos de 2017 para 2018, um incremento de 7%. Aí a segunda coluna uma relativa estabilidade com aquilo que foi previsto na LOA, só que como tivemos uma LOA que não conseguiu consumir todas as receitas, quer dizer, tivemos frustração de receita e isso explica o nosso déficit. Quer dizer, nós sustentamos algumas despesas, foram sustentadas algumas despesas com lastro orçamentário numa receita que não deveria, por exemplo, com aquela do Banco do Brasil de 800 milhões de reais, que deu aparência de que haveria dinheiro. Mas, sabidamente verificamos que não ocorreria como, de fato não ocorreu.

Então, saltamos uma folha, Deputado Valmir Moretto, de 10 bilhões e 400, isso aqui é Estado, não é Poder Executivo. Poder Executivo...  
...s/tan...

0326au12.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO -...não é Poder Executivo, Poder Executivo eu falo mais adiante; de 10 bi e 400 em 2017 para uma folha de 11 bilhões e 700, quer dizer, só em 2018 nós tivemos um incremento da folha de 1 bilhão e 200 milhões de reais, um crescimento de 17 para 18 nominal de quase 12%, acima, por óbvio, das nossas receitas.

O que é mais dramático, verificar que nós não temos, e o crescimento da despesa com o Pessoal faz com que as nossas despesas com manutenção da máquina pública, com o custeio, elas vão se estabilizando e diminuindo, que dizer, para sustentar despesa com o pessoal acaba-se sacrificando os serviços a serem prestados ao cidadão, o Estado passa a ser um péssimo prestador de serviços pelo desequilíbrio estrutural entre os grupos de despesa.

Vejam que no ano anterior, foi empenhado 3 bi e 800 nesse grupo e em 2018, em relação ao ano anterior, teria que crescer, pelo menos, a inflação que nós caímos 200 milhões de reais.

Em relação ao que estava previsto na LOA, nós não conseguimos executar no grupo de despesas correntes, de Outras despesas Correntes Liquidadas - ODC, que são essas de custeio, nós não conseguimos executar 500 milhões de reais, é por isso que os serviços estão todos precarizados, é por isso que não se consegue pagar viatura, é por isso que os hospitais estão nessas condições, é por isso que as escolas não conseguem ser reformada; o diagnóstico é exatamente esse, um movimento de para onde vai o dinheiro, e temos ali uma tendência de crescimento das despesas com o pessoal, que estruturalmente achata o crescimento sustentado das despesas com o custeio. Passamos a ter, então, uma realidade em que os servidores acabam bem remunerados, e é justo que sejam bem remunerados, porém, em péssimas condições de trabalho, precarizando o serviço ao cidadão.

É exatamente esse conjunto aí que mais adiante nós vamos exprimir, que certamente temos que ter uma inflexão para voltar uma relação de equilíbrio, que cresçam as despesas, mas cresçam de modo sustentado; primeiro com a receita e entre as despesas que hajam

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

um equilíbrio, entre as despesas com o Pessoal e as despesas com o custeio, para que tenhamos condições de prestar bons serviços.

Com a dívida, investimentos, podem observar também, Deputado Valmir, que nós tivemos em 2017 empenhado 1 bi e 400, em 2018 empenhamos só 970...

...s/tmr...

0326au13.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... nós tivemos em 2017 empenhado 1 bilhão e 400; em 2018, empenhamos só 970. Nós caímos 500 milhões. Fica claro 1 bilhão de reais que financiou pessoal e encargo social saíram 500 milhões das outras despesas correntes e 500 milhões de investimentos. O cenário fica claro. 500 de um com 500 de outro, dá um bilhão que foi carregado exatamente em pessoal. Nós temos que dizer a verdade, são números, isso está no nosso balanço geral do Estado que será apresentado ao Tribunal de Contas. É esse debate que a sociedade tem que fazer. A prosseguir desse modo, nós vamos literalmente precarizar os serviços públicos e virar as costas para o cidadão.

Nós fechamos então nas despesas totais com uma alta de 2,7% em relação a 2017.

Aqui na linha do tempo como tem se comportado a despesa com o pessoal por Poder.

A folha do Executivo era 7 bilhões e 900 no primeiro ano, em 2015, e ela passou a 11.200. Ela cresceu 3 bilhões e 200 em quatro anos. Então, um crescimento nominal de 41%.

O Poder Judiciário saiu de 780 foi para 1 bilhão. Cresceu 38%. O Ministério Público saiu de 285 milhões e foi a 300; a Assembleia Legislativa de 200 para 280, 39%; o TCE de 134 para 191; a Defensoria Publica de 91 para 93. Nós saímos do conjunto do estado de 9 bilhões e 400 para 13 bilhões e 152 milhões de reais.

Então, veja que esse crescimento desestruturado e no pior momento da crise, vejam que em 2015, 2016 nós tivemos PIB negativo. Tivemos uma recessão no país, nós decaímos, decrescemos 7% naqueles dois anos. E nos tivemos um aumento de 3 bilhões e 200, eu falo só do Executivo, de despesas com pessoal.

Serviço da dívida.

Nós mantivemos uma relativa estabilidade com o serviço da dívida, entenda-se amortização do principal e também juros. Nós fechamos no ano passado gastando com dívidas quase 1 bilhão de reais, 919 milhões de reais. Mais adiante eu vou colocar quais são essas dívidas que foram pagas em 2018.

Aqui também a despesa orçamentária .../cms

0326au014.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...Aqui também, a despesa orçamentária empenhada, o que é consumido pelos orçamentos anuais.

Vejam que há uma tendência de aumento de pessoal. Isso aqui eu falo também do Estado. Vejam que há aqui, começou em 2015, em 61%; 62,16; manteve em 17; e em 2018, bateram quase 70% do gasto, que foi com pessoal.

De fato, é uma trajetória insustentável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Outras despesas correntes, vejam que o custeio decresceu, a sua relevância no orçamento; investimentos também saíram de 7, chegou a 9, foi a 6; dívida e juros mantiveram-se numa relativa estabilidade.

Vejam que se nós não tivemos tido a renegociação da dívida com a União, que foi permitida pela Lei Complementar nº 156, estaríamos hoje numa situação ainda pior. Porque vejam, em 2015, se consumia 9% com dívida. Nós consumimos no ano passado 5%. Então, isso também contribuiu para que não estivéssemos numa situação ainda pior.

Aqui é só um gráfico de pizza, isso estará disponível para acessarem qual que é a participação. Vejam, que pessoal e encargos consome 68%.

Indicadores de avaliação fiscal. O resultado orçamentário entre a receita total e a despesa total, um déficit de 558 milhões de reais. Quer dizer, temos um déficit orçamentário, a elaboração do orçamento contava com receitas que sabidamente não iriam se realizar para chegar à uma situação de equilíbrio. E isso se traduz num déficit orçamentário. É por isso que a atual LOA prevê um déficit orçamentário de 1 bilhão e 700, porque ela trabalha com a realidade.

Quais são as despesas que serão incrementadas em 2019 e uma base real das receitas, aquelas receitas que são possíveis de serem arrecadadas. Isso se traduz, obviamente, num déficit orçamentário de largada e 1 bilhão e 700, em 2018, isso foi um déficit orçamentário de 558 milhões de reais.

É também exigido pela metodologia... Quero cumprimentar o Deputado Lúdio Cabral pela presença, agradecer.

O resultado primário, que também é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e monitorado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o nosso resultado primário que é a receita retirando as receitas de operações de crédito, deixando só a tributária...  
...s/tan...

0326au15.tan

O SR. LUIZ ROGÉRIO GALLO -...as receitas de operações de crédito, deixando só a tributária com as transferências correntes; e a despesa primária que também são aquelas despesas, retirando as despesas financeiras com operações de crédito, tivemos sum resultado primário de 570 milhões. Aqui não entra restos a pagar.

A meta do exercício era de 260 milhões... Porque existe resultado primário? É para apurar-se pagando o Pessoal e pagando o custeio se sobra dinheiro para pagar, amortizar a dívida e pagar os juros da dívida que nós temos.

Vejam que nós pagamos no, ano passado, 918 milhões de dívidas, sendo as principais, aquelas que estão elencadas ali; com o *Bank of America*, 166 milhões; com o MT Integrado, que é uma operação de crédito de 2012 foi pago o ano passado de 240 milhões de reais.

A Lei 9496 de 97, que é uma dívida que o Estado tem com a União desde 1997, com a reorganização e compra da dívida pela união das dívidas dos estados; pela união de 131 milhões; com a Arena Pantanal, no ano passado, foram gasto 3 milhões de reais; com o BNDES, Prodetur, que são investimentos, que inclusive deram ensejo a essa obra da rotatória na saída para Chapada dos Guimarães e para a Guia, é uma obra do Prodetur. Nós pagamos, no ano passado, ao BNDES 33 milhões de reais, pagamos ao VLT 29 milhões, mais o SEPAC mais 28 milhões, quer

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

dizer, no ano passado, foram pagos, Deputado Lúdio, com o VLT 57 milhões de reais e o BB Proinveste 23 e outras ações diluídas 110 milhões de reais, então, nós gastamos 918 milhões.

Se você for verificar o nosso resultado primário, nós já somos deficitários porque o que sobrou da dívida, sem considerar restos a pagar de outros exercícios sobrou 575 milhões de reais, o que sobra não nos permite pagar sequer a dívida e o juros da dívida e isso faz com que; como você tem que honrar, porque senão você fica inadimplente com a união e com o banco isso cria uma situação ainda pior, você acaba sacrificando o pagamento de fornecedores e é por isso que temos um grande restos a pagar.

Na dívida consolidada também temos aqui, o resto a pagar; só para demonstrar e é importante deixar claro, isso não entra na conta do resultado primário. Só em 2018 pagamos resto a pagar de outros exercícios de 2 bilhões e 81 milhões de reais, obviamente, é por isso que viramos esse exercício...

0326au16.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... Obviamente é por isso que nós viramos esse exercício com mais de 2 bilhões também de Restos a Pagar. É uma trajetória que se demonstra, de fato, insustentável.

A dívida consolidada que considera toda a nossa dívida, inclusive a precatórios, nos dá aqui uma dívida em relação a nossa receita corrente líquida de 43%.

Quer dizer, nós podemos, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ter espaço para endividamento de até duas vezes a receita corrente líquida. Porém, o que nos impede hoje?

A capacidade de pagamento. A nota de Mato Grosso é nota “c” pela Secretaria do Tesouro Nacional. Até uns três a quatro anos atrás a Secretaria do Tesouro Nacional ainda dava garantia para entes federativos com base apenas no espaço que havia de endividamento sem olhar a capacidade de pagamento. Hoje ela já associamos os 12 quesitos.

Mato Grosso não é correto falar que é um estado endividado. É endividado com seus fornecedores, mas não é endividado em termos de operação de crédito, mas não podemos contrair novas operações, por quê? Porque não temos capacidade de pagamento, porque nós não temos índice de liquidez. Nós não temos dinheiro em caixa para fazer frente a todas as nossas despesas. É no índice de liquidez que faz com que a nossa nota seja uma nota “c”.

Aqui é a disponibilidade de caixa bruta. Depois que você... essa disponibilidade de caixa, eu vou informar exatamente que ela não é um dinheiro que fica disponível para o estado. Pode parecer um valor relevante, mas não é uma disponibilidade de caixa do Executivo e vocês vão observar. Você colocando tudo, os RPs liquidados e não pagos, ficamos com uma disponibilidade de caixa líquida de negativos, isso em relação ao estado. É disponibilidade de caixa de todos os Poderes. Ficamos com os negativos 514 milhões de reais. Isso sem considerar ainda os Restos a Pagar não liquidados, que são aquelas despesas que foram contraídas, está contratado, mas de repente o serviço ainda não foi inteiramente prestado ou o produto ainda não foi efetivamente entregue. Então, temos um déficit de 514 milhões mais 791 milhões. Eu vou mostrar no próximo slide, que é exatamente esses valores aqui, os Restos a Pagar consolidados é quando pegamos os exercícios anteriores também os restos a pagar do exercício e coloca toda disponibilidade financeira DE 2.200. Ficamos com déficit financeiro de 1 bilhão, 305 milhões de reais. É dinheiro que faltou para que pagássemos sobretudo os fornecedores e sobretudo em dezembro .../cms

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0326au017.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...sobretudo os fornecedores e sobretudo, em dezembro. Com a ausência do FEX, conforme mencionei, Deputado Valmir Moretto, a folha dos servidores na data prevista, que era a data constitucional no dia 10 de janeiro.

É uma outra conta agora do Executivo, ali era Estado como um todo, vocês lembram que ficou 514 usando todo Estado, inclusive, conta dos Poderes ficou em 514 milhões, pegando só do Executivo e colocando todos os restos a pagar, fica 904 milhões. Mas, os restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício de 2017 e anterior, 654 milhões. Então, do Executivo, aquilo que mostrei era Estado, agora do Executivo.

Somando a nossa disponibilidade e colocando tudo aquilo que o Estado tem para pagar, há um déficit financeiro de 1 bilhão e 560 milhões de reais.

Aqui entramos agora nas aplicações de saúde e de educação. Ao longo do exercício chegamos a um valor empenhado na saúde de 1 bi 430. Cris, Luiz, aqui é o acumulado, não é? Um bi 430, o valor fechado de 2018, acumulado, que totalizou o índice da nossa receita líquida tributária da RELINT 12,5%; e na educação, também com a aplicação de 3 bilhões e 43, chegamos a 25,82.

O que é significativo dizer... Abre o hiperlink. Que temos da educação algo que ainda é muito sintomático, eu acompanhei o movimento da Assembleia Legislativa, tem a abertura de uma CPI da Previdência que espero que, de fato, traga luz na trajetória aí da nossa previdência. Eu acho que qualquer discussão e qualquer debate que haja em torno do tema previdência dos servidores públicos é extremamente relevante, porque diz com o nosso futuro.

Tenho certeza que boa parte de quem hoje se encontra, hoje, nesta Audiência Pública, são os servidores públicos efetivos do Estado de Mato Grosso submetidos ao regime geral.

Fechamos em 2018, com um déficit previdenciário de 1 bilhão 185.

Na Secretaria de Educação, 658 milhões, sobre a receita líquida tributária isso nos consome 5, 6%. Volta lá agora, o índice de 5,6%, se você adicionar aos 25,82...  
...s/tan...

0326au16.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO -...se você adicionar aos 25,82, é possível dizer que com a educação se gasta quase 31% da receita líquida tributária. Você considerando na conta também o déficit financeiro da Previdência. Esse é um debate que está sendo feito no Tribunal Federal, para se verificar se aplica ou não os gastos do Tesouro com déficit financeiro dos professores, se entra no gasto com educação, se entrar Mato Grosso gasta 31 % da sua Receita Líquida Tributária com a educação.

Só para explicar a questão do índice, que além de cumprir o índice constitucional aplica ainda acima dele de quase 6%.

Aqui tem o histórico dos percentuais ao longo dos anos, eu já mencionei aos Deputados e a imprensa, que vou deixar essa apresentação disponível também, então, não se preocupe em ter todos esses números, mas o fechamento de 2018, nós adicionamos aqui porque a segurança passou ser um componente importante na perspectiva da ocupação do orçamento público. Começamos em 2013 com 15% e já fechamos 2018 com 20%, houve um incremento em gastos na área de segurança pública, bastante relevante, superior, inclusive, ao que se gasta em saúde.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º**  
**QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

Gastamos em 2018 12,1% em saúde; 25,8% com aquela nota que eu mencionei sobre o Déficit financeiro, em educação e em segurança 20,4%; com esses três grupos foram gastos do orçamento 58,3%.

Aqui é só um gráfico para tornar mais evidente esse movimento, nós passamos em 2013 de quase 4 bilhões para quase 7 bilhões em 2018 e nesse movimento aqui houve um incremento de 500 milhões na saúde e um incremento muito substancial em segurança, que passou de 1 bi e 100 para 2 bi e 400, aumentou 1 bilhão e 300 o gasto em segurança pública.

Aqui também são as despesas com o pessoal, já com previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal Federal, já que o nosso Tribunal de Contas superou aquela resolução de consulta no final de 2018 para voltar a incluir, voltar a considerar o Imposto de Renda retido na fonte dos servidores como gasto com o pessoal e também para considerar o gasto da Defensoria Pública...

...s/cms...

0326au19.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ...também para considerar o gasto da Defensoria Pública que estava também como gasto com pessoal do Poder Executivo. Então, esses dois movimentos fizeram com que o Poder Executivo fechasse, do percentual da receita corrente líquida, em 57,89, onde o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é 49%. Então, estamos quase 9% acima do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal Federal. Aqui não está em discussão a Lei de Responsabilidade Fiscal estadual. Por favor, Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Só quero convidar o Deputado Lúdio Cabral para fazer parte aqui da Mesa e pedir também para voltar a Presidência ao Deputado Nininho por uns 15 minutos, porque eu vou ter que me ausentar, daqui a uns 10 minutos eu já retorno.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Posso prosseguir, Presidente.

(O SR. DEPUTADO NININHO REASSUME A PRESIDÊNCIA, às 10h23MIN.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Pode continuar a explanação, por favor.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – O Poder Executivo já chegou a 57,89, o que já nos coloca nos deveres e sanções impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Secretário Basílio estava me mostrando agora há pouco que nós já promovemos cortes na área de pessoal, já houve uma economia de algo em torno de 20 milhões de reais ao mês com as medidas que foram implementadas no mês de janeiro desde ano o Governador Mauro Mendes. Isso vai dar em relação a esse Exercício uma economia em gasto de pessoal na casa de 260 milhões de reais. Esse foi um dado que o Secretário Basílio me mostrou há poucos minutos, já comparando a folha de novembro, com a folha de março, Basílio, a prévia de março, já temos um balanço de 20 milhões de reais a menos. Já é então ali ... Cortes que foram feitos em contratos temporários, em comissionados que já é cumprindo inclusive com que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal Federal, que quando estoura não podemos promover novas contratações e também está sujeito a algumas sanções. Entre as sanções são aquelas medidas que foram adotadas, já estão sendo adotadas, e foram adotadas pelo Poder Executivo.

O Poder Judiciário chegou a 4,91. Ele está, portanto, abaixo do prudencial, que é 5,70; A Assembleia Legislativa está no limite prudencial. Isso é um dado doas Poderes, o limite da LRF é 1,77, quer dizer, está ali na área limítrofe no que estabelece o limite prudencial contido; o Tribunal de Contas ultrapassou o limite da .../cms

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0326au020.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...o Tribunal de Contas ultrapassou o limite da LRF, estava 1,23, está 1,26; o Ministério Público o limite prudencial é 1,9 e está em 1,78.

Então, nesse caso, para deixar claro, não foi considerada as Resoluções nºs 28 e 29/2017, 2016, na verdade, do TCE, que foram revogadas em 2018. Esses são os dados que extraímos, inclusive, dos Poderes.

Aqui é só para traçar uma trajetória histórica do crescimento das despesas com o pessoal em relação à receita corrente líquida. Começamos aqui, é o primeiro quadrimestre de 2015 e chegamos ao terceiro quadrimestre de 2018.

Então, começamos lá...(O ORADOR APONTA PARA A IMAGEM NO DATA SHOW)... o azul é exatamente o que estabelece a Secretaria do Tesouro Nacional, que é o que temos que cumprir hoje com a revogação da resolução das duas resoluções do Tribunal de Contas. Enquanto, ficaram vigentes, davam aqueles índices em verde. Esse é o reflexo da resolução de consulta que foi revogada pelo TCE.

Então, vejam que desde o primeiro quadrimestre de 2015, já estávamos no limite. É 49 a linha vermelha, estávamos em 48,78 e foi ao longo do ano, ao longo dos quatro anos, foi oscilando acima dos 49%, até chegar ao pico máximo, no maior comprometimento, que foi o final de 2018, com 57,89%.

Aqui é o cálculo da receita ordinária líquida do Tesouro, para demonstrar o que fica, de fato, na conta do Estado, com toda a previsão entre o bruto deduzido e o líquido, demonstrando que tínhamos uma previsão de 9 e 100... Isso aí é o que demonstra o esforço do Tesouro Estadual, que é o dinheiro que fica disponível no caixa do Executivo.

Tínhamos uma previsão de 9 e 100 e ficamos com 9 bi e meio. Tivemos dificuldade, como mencionei no início, não foram nos recursos próprios, foram nas transferências correntes e na receita patrimonial, que fez com que ficássemos 1 bilhão de reais a menos do que foi o previsto na LOA de 2018.

Então, aquela frustração que está espremida de 1 bilhão a menos, frustração já é a menos, frustração de 1 bilhão de reais em relação a LOA de 18, se deu nessas duas áreas: nas transferências correntes e também na receita de capital que não se realizou.

Mas, na receita tributária, temos tido uma boa performance...

...s/tan...

0326au21.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...mas na receita tributária nós temos tido uma boa performance, subindo acima do que prevê o nosso repasse do Fundo de Participação de Estados.

Assim, eu encerro a apresentação, me coloco a disposição.

Digo que o atual Governo, em janeiro, conseguiu promover algumas reformas bastante relevantes na perspectiva de você reestruturar o crescimento das despesas públicas, notadamente das despesas correntes, para que nós possamos ter com a expansão das receitas uma condição de que quitar os nossos déficits, sobretudo, com os nossos servidores que estamos pagando, parceladamente ainda o 13º e também pagando em atraso o próprio salário mensal, que se encontra escalonado, mas mais importante e tão importante quanto é também colocar em ordem as nossas finanças, em relação aos nossos fornecedores de serviços e de produtos, porque de fato, as nossas contratações tem se precarizado, sobretudo, Basílio, acho que ai você pode escrever em relação a isso; de licitações que são desertas e cuja a formação de preço acaba sendo uma formação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

de preço que não é razoável se comparado a aqueles entes que estão em dia com os seus pagamentos, dos fornecedores.

Portanto, nós temos essa trajetória que temos que corrigir, na perspectiva da despesa e isso nos coloca a possibilidade que isso seja feito, que nós voltemos aquele índice, por exemplo, do início de 2015 que era comprometimento das nossas despesas em relação ao orçamento, um comprometimento de até 62% de toda a receita orçamentária com o pessoal, hoje nós estamos batendo quase 70% para termo suma condição de equilibrar e não precarizar serviços.

Um crescimento, de apenas, um grupo de despesa pode significar precarização de serviço, eu acho que isso não temo que corrigir, sem, obviamente, deixar de considerar que o servidor deve sempre ser valorizado, mas para ser valorizado nós precisamos ter condições de pagar em dia o seu salário e para isso nós temos que fazer essa correção de rota estrutural, conforme ficou demonstrado no diagnóstico aqui apresentado.

É fundamental mencionar também, que nós estamos reforçando a receita própria, ao longo dos anos, Deputado Nininho, Deputado Lúdio, houve uma excessiva vinculação de recursos públicos e isso não é bom porque fragiliza a Fonte 100, em fragilizando a Fonte 100 e fragiliza mais do que isso, os próprios recursos com o que deve a arrecadação dos recursos ordinários serem colocados para a saúde e para a educação. Ao longo do tempo nós tivemos o fortalecimento exagerado, por exemplo, do Fundo do FETHAB Transporte e Habitação, que foi corrigido agora...

...s/tmr...

0326au22.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... que foi corrigido agora. Com 60% do FETHAB, que vai ficar disponível para que seja colocado nas áreas prioritárias de saúde, segurança e educação; e 40% em infraestrutura e logística sem diminuir a importância dos investimentos nessa área, mas, neste momento, histórico nós precisamos voltar a ter uma trajetória sustentável do crescimento das nossas receitas ordinárias.

Quer dizer, com a diminuição do excesso de vinculações, eu já digo que esta Casa vai aportar nos próximos meses dois projetos muito relevantes.

Um é de extinção de fundos. Nós temos uns 100 números de fundos. A nossa casa de fundos, salvo engano, o levantamento passa de 100 fundos que nós temos, todos eles com excessiva vinculação de recursos; e um segundo projeto que também deve vir é uma repactuação em relação à nossa renúncia fiscal. A equipe do Secretário Fábio Pimenta, da equipe da fiscalização, está fazendo um pente fino em todos os nossos benefícios fiscais não apenas do PRODEIC, que é um benefício programático, mas todos os benefícios fiscais também que foram dados ao longo do tempo por portarias, por decretos e por leis ao longo do tempo.

Eu me surpreendi há uns dias quando me deparei com uma portaria de um Secretário de Fazenda há 20 anos dando um benefício fiscal relevante para um setor da economia. Isso tudo vai ser colocado nessa Casa para que com total transparência seja deliberado até o nosso prazo final, que é 31 de julho deste ano, que nós devemos fazer então, de acordo com a Lei Complementar Federal nº 160, de 2017, a reinstauração dos incentivos fiscais.

Portanto, muitos deles serão mantidos, muitos deles serão reduzidos, muitos deles, podem ter certeza, serão eliminados por não fazer qualquer sentido ao desenvolvimento do estado. Então, esse trabalho está sendo conduzido, e será apresentado a esta Casa até o final do mês de maio, porque é um trabalho técnico que demanda inclusive garimpar portarias que oferecem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

incentivos fiscais, e isso obviamente não aludo aí ao meu período, mas ao tempo que isso ainda era permitido, era tolerado. Hoje nossos incentivos fiscais são concedidos exclusivamente, como determina a Constituição Federal, por lei. É o Parlamento que deve deliberar sobre se concede ou não incentivo fiscal. Isso nós temos adotado aí ao longo desses últimos anos, mas não era a prática que nós temos, porque nós temos uma quantidade razoável de incentivos fiscais que foram concedidos por portaria de Secretário e por decreto de Governador. Enfim, são esses os dados que eu gostaria de expor.

Dizer que essa apresentação estará disponível, nós vamos transferir para o *e-mail*, talvez, encaminhar para o *e-mail*, já está disponível, já está copiado pelo Nasser, que já pode disponibilizar a todos os Deputados, a imprensa e assim a quem desejar igualmente.

Agradeço a paciência e a atenção de todos.../cms

0326au023.cms

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...agradeço a paciência e atenção de todos e me coloco à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Agradeço o nosso Secretário Rogério Gallo.

Antes de encerrarmos essa Audiência Pública, passo a palavra ao Deputado Lúdio Cabral. Quero agradecer a presença Deputado Lúdio Cabral; e também a presença do Dr. Evandro Ortega, Procurador do Estado de Mato Grosso, o brigado pela presença. Com a palavra, o Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom dia, Deputado Nininho, que preside essa Audiência Pública; bom dia, Secretário de Fazenda Rogério Gallo, em seu nome cumprimento todo o staff do Executivo que está presente.

Eu tenho duas questões. Mas, primeiro, eu quero fazer uma observação porque fiquei muito feliz com o último trecho da sua fala. Eu tenho insistido muito, mas muito, nessa tese assim que assumi o mandato.

Todo o esforço de gestão para reduzir despesa, é e será insuficiente para dar conta de superar as dificuldades financeiras do Estado. O caminho, a leitura que eu tenho, é fazer uma revisão profunda das renúncias fiscais, porque não são só os programas estabelecidos em leis, o PRODEIC que já têm problemas. Tem um relatório da Controladoria Geral do Estado que fez uma auditoria operacional no PRODEIC que investigou uma série de irregularidades, um relatório do segundo semestre do ano passado. Mas, há renúncias variadas, foram concedidas por portarias, por decreto, que cria essa situação de termos um orçamento, que tem um orçamento de 2019 com déficit de 1 bilhão e 900 milhões, mas ser 3 bilhões e 400 milhões de renúncias fiscais variadas.

É preciso, na minha leitura, fazer uma revisão profunda das renúncias para termos rapidamente aporte de recursos dos cofres do Estado para darmos conta daquelas políticas públicas que são essenciais.

Fico, mas muito feliz mesmo em ouvir essa fala, Secretário. Mas, as duas questões, a primeira, em relação ao tal do déficit financeiro do Estado, dos restos a pagar, eu cheguei no meio da apresentação porque estava numa reunião com a Mesa Diretora, tratando sobre a situação da Santa Casa.

O governador falou que recebeu o Estado com dívidas no volume de compromissos na casa dos 4 bilhões de reais. Eu vi uma das tabelas que o senhor apresentou, falando num número de 1 bilhão e 500 milhões. Eu queria que o senhor esclarecesse a que o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

governador se referiu quando assumiu, os tais 4 bilhões e aquilo que o senhor apresentou aqui. Talvez, só o esclarecimento resolva...

...s/tan...

0326au24.tan

O SR. LÚDIO CABRAL -...e aquilo que o senhor apresentou aqui. Talvez só o esclarecimento resolva a minha dúvida.

E a segunda questão, eu tenho um Projeto de Emenda Constitucional aqui para revogar a emenda do teto dos gastos. Eu sei que o senhor tem uma discordância em relação a isso, não vamos entrar nesse debate, mas é saber se em 2018 o Estado conseguiu, o Poder Executivo conseguiu cumprir o que estava previsto na emenda do teto dos gastos.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Obrigado, pela referência em relação as renúncias fiscais, estamos alinhados a essa perspectiva do Parlamento, inclusive, a Lei que de responsabilidade fiscal estadual, Deputado Lúdio, que foi aprovada, ela estabelece um teto, inclusive tem limite para tudo, mas não tinha para a renúncia fiscal. Foi estabelecido um limite para a renúncia fiscal de 20% da receita bruta do ICMS.

Vamos ter que a partir de agora, na elaboração nas leis de diretrizes orçamentárias, de fato; primeiro, quantificar o incentivo fiscal, nunca foi quantificado, com o critério e zelo e a equipe esta fazendo de levantar, inclusive, é um garimpo mesmo, uma mineração para encontrar portarias que concedem incentivos fiscais que estão esparsas nas milhares de legislação que temos no âmbito de Mato Grosso.

Então, esse debate certamente será feito e será exposto de forma minuciosa, incentivo por incentivo, que ultrapassas a casa de cem atos normativos que concedem incentivos fiscais do Estado de Mato Grosso

Nesse aspecto, obviamente temos que fazer um debate muito maduro nesta casa, o Executivo com o Legislativo para que dentro do espaço estabelecido pela Lei de Responsabilidade fiscal estadual nós façamos as renúncias que tenham sentido ao desenvolvimento do estado. Ninguém aqui é contrário à renúncia fiscal que promova o desenvolvimento do estado. Acho que esse é o ponto, ninguém aqui é contrário a renúncia fiscal que promova o desenvolvimento socioeconômico do estado, que você atraia empresas, que você consiga oferecer emprego, renda, enfim, melhorar as condições de vida do cidadão, ninguém é contra isso.

Obviamente as renúncias fiscais, elas têm que fazer absolutamente sentido, têm que ser quantificadas e aprovadas pelo Parlamento para que ela tenha; primeiro; legalidade e depois legitimidade.

Em relação à pergunta a que o Governador se referiu. Nós fechamos o exercício com quase 2 bilhões, 1 bilhão e 900 de déficits que são os restos a pagar e o déficit projetado de 1.8 bilhões, nos dá 3, 7 bilhões; é dizer, eu entro em um exercício antevendo que não vou ter 1.9 bi para as despesas para o próprio exercício e acumulo as despesas dos exercícios anteriores de 1.8. Então, quando você soma as duas, 1,8 com 1, 9, talvez estejam errados alguns números, mas dá aí o valor que o Governador mencionou de 3.8 bilhões, 3.9 bilhões, é a isso que ele se referiu como o déficit fiscal do estado...

...s/tmr...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

0326au25.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... como déficit fiscal do estado.

E a segunda pergunta:

O teto de 2018. Nós não cumprimos o teto de gastos. O Executivo não cumpriu, é importante dizer. Os demais Poderes cumpriram o teto de gasto, o estado por conta do Executivo em razão notadamente que nós tivemos um aumento da folha comparado com 2017 de 1 bilhão e 200. A folha do Executivo cresceu 1 bilhão e 200 só em 2018. Isso comprometeu o cumprimento do teto de gasto. Tanto que a Secretaria do Tesouro Nacional esteve em visita, em missão, na semana passada, e nós também não cumprimos, se não cumprimos a emenda dos gastos local, que é nossa, a Emenda Constitucional nº 81, que se reporta à Lei Complementar nº 156 que foi uma exigência à época para se renegociar a dívida dos estados com a União e por dois anos. Nós somos obrigados a cumprir 2018/2019. Hoje não cumprimos cerca de 500 milhões reais o teto de gastos, Deputado Lúdio Cabral.

Então, é um debate que inclusive estamos fazendo com a STN, porque as consequências são gravíssimas.

É dizer o seguinte, Deputado Lúdio Cabral: a partir de junho, a STN vai checar o nosso balanço, vai verificar se cumprimos ou não. Nós já adiantamos que não cumprimos ao lado de outros 10 estados da Federação, e não cumprida a partir de agosto rescinde o aditivo que renegociou a dívida do estado com a União e a partir de então teremos que pagar em 12 parcelas o benefício que nós tivemos com a redução da dívida, o alongamento da dívida com a União. O que traria para o estado no momento crítico uma despesa adicional de 500 milhões de reais. Nós estamos trabalhando com a sensibilidade da União. Esperamos que o Congresso aprove a alteração na Lei Complementar nº 156, mas não foi cumprida, mas este ano temos um trabalho, vamos fazer um debate com Vossa Excelência que sei que é muito qualificado. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Secretário!

Em relação a essa questão dos incentivos e da renúncia, Deputado Lúdio Cabral e Secretário, eu tenho que me ausentar por um período da Audiência Pública. Justamente está sendo debatida lá na CPI da Sonegação, que está sendo presidida pelo Deputado Wilson Santos. Lá estava o Deputado Carlos Avallone fazendo uma explanação para todos os Membros da CPI justamente para procuramos entender para poder darmos continuidade ao nosso trabalho em relação aos incentivos e à renúncia.

Essa questão da renúncia é realmente um item que tem que ser tratado, tem que ser revisto. Lá foi apresentado desses 1 bilhão e pouco de renúncias 500 e poucos milhões que são derivados de um decreto do ex-Governador Blairo Maggi, que é a desoneração da cesta básica. Então, com certeza .../cms

0326au026.cms

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – ...é a desoneração da cesta básica. Com certeza, é um item que passará por debate, por discussões e dificilmente poderá ser isentado, poderemos voltar a tributar a cesta básica. Eu acredito que será um item que terá que ser mantido, porque desonera a cesta básica.

Em relação aos incentivos também, o Deputado Carlos Avallone está fazendo uma projeção, ele estava mostrando, Deputado Lúdio Cabral, hoje eu acredito na explanação que ele

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º**  
**QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.**  
**(TEXTO SEM REVISÃO)**

---

estava fazendo, eu vi rapidamente, tive que me retirar. Hoje, só para se ter uma ideia: o Estado de Mato Grosso hoje, os incentivos concedidos, eu acredito que dá em torno de 25% do que o Estado de Goiás incentiva.

Então, realmente é um debate, tem que ser feito um estudo muito profundo, porque o incentivo quando é feito com clareza e com critério justo, você vai buscar o que não é seu. Se nós não fizermos isso, os outros estados vão acabar incentivando e segurando esses investimentos que, muitas vezes, reflete não somente no que ele iria arrecadar direto, é na geração de emprego, é na cadeia toda que vai ser fomentado.

O que eu acho que é muito importante, Secretário, aqui o senhor já colocou, que esses incentivos sejam dados por meio de leis. Porque criar um desequilíbrio, Deputado Lúdio Cabral, eu estava vendo rapidamente o Deputado Carlos Avallone explanando os dados, no governo do ex-governador Silval, ele dobrou toda cadeia, criou essa situação toda e essa desconfiança.

Mas, precisamos, sim, fazer um trabalho e também dar essa segurança jurídica a esses empreendedores, para essas empresas, essas indústrias que estão aqui instaladas no nosso Estado. Se todos os dias falarmos, vamos tirar 10%, 20% do incentivo, essas empresas que vieram baseadas nesse incentivo, elas ficam com insegurança jurídica, deixa de ampliar seu investimento, deixa de gerar mais empregos, até porque tudo que é combinado, que é acordado por lei, eu acho que tem ser mantido.

Eu sou de acordo que tem que ser analisado muito na hora de conceder. Mas, todas essas indústrias, esses investidores, vem em cima de um planejamento e se rompermos esse compromisso no meio do caminho, desequilibra toda programação...  
...s/tan...

0326au27.tan

O SR. PRESIDENTE (NININHO) -... no meio do caminho, desequilibra toda a programação dessas empresas, e elas acabam se retirando, indo embora. Eu sou de acordo, tem que ser feito isso com um estudo muito profundo, com muita clareza, mas o que o for definido tem que ser cumprido, tudo que é combinado não é caro, então, não podemos estar mudando porque se fizermos isso, podemos perder muitos investimentos e perder grandes empresas que podem vir a ajudar no desenvolvimento e na geração de emprego e renda do nosso Estado.

Quero agradecer ao Secretários, ao Secretário Rogério Gallo, ao Secretário Basílio e a todos os Secretários Adjuntos, quero agradecer a todos em nome da nossa grande companheira Maria Célia, eu quero fazer uma referência aqui, secretário. Uma pessoa que eu fico orgulhoso no momento que muitas vezes se vê muito críticas em relação aos funcionários públicos e a dona Maria Célia é uma pessoa que em todos os cantos desse Estado que anda, sempre acha e uma pessoa para fala: “Olha, eu estive na SEFAZ e fui atendido por uma pessoa que me esclareceu, me atendeu com dignidade, com agilidade, me esclarecendo os fatos e ajudando, muitas vezes em soluções de problemas que a pessoa convivi com ele, que acaba impedindo muitas vezes o seu negócio.

Quero, em nome da Maria Célia cumprimentar e agradecer aqui todos os funcionários e dizer que, com certeza, todos que se espelharem na dona Maria Célia serão pessoas que sempre vão ter todo o apoio da população do Estado de Mato Grosso.

Não havendo mais nada a ser discutido, eu encerro essa audiência pública na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º  
QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019, ÀS 09H.  
(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Agradeço à presença de todos os convidados e que Deus abençoe a todos e um bom dia a todos.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Taiza Antônia Noujain.

- Revisão:

SEM REVISÃO